



# TALKS

Em direto através do site [www.jornaleconomico.pt](http://www.jornaleconomico.pt)  
ou em [www.facebook.com/JornalEconomico](https://www.facebook.com/JornalEconomico)

2 julho | 15h00

Fique a par de como as diferentes áreas de atividade se preparam para recuperar a economia perante um mundo em lento desconfinamento. Esperamos por si!

Convidados: **CORUM INVESTMENTS**

Este suplemento faz parte integrante do Jornal Económico Nº 2047 não pode ser vendido separadamente

26 junho 2020 | ESPECIAL



ESPECIAL

# RELANÇAR A ECONOMIA

## O CAMINHO DA RECUPERAÇÃO

Neste Especial, analisamos os caminhos possíveis para a recuperação da economia nacional, após aquela que será a maior crise desde a Grande Depressão. O que podemos esperar? Uma recuperação rápida ou lenta? A várias velocidades, consoante os sectores? E até que ponto precisamos de reindustrializar o país, de maneira a reduzir a dependência do turismo e do imobiliário?



ECONOMIA

**Recuperação nacional será lenta e a várias velocidades** ● II

PÓS-COVID-19

**A reindustrialização nas mãos da economia portuguesa** ● IV

ENTREVISTA

**Luís Braga da Cruz** Ex-ministro da Economia  
**“As medidas socio-económicas têm que ser adaptadas a cada região”** ● VII



SUSTENTABILIDADE

**Covid-19: faca de dois gumes para a economia verde** ● IX

EDITORIAL

## Um novo rumo para o país



FILIPE ALVES  
Diretor

As crises não são apenas momentos difíceis, em que temos de fazer escolhas que preferíamos não ter de fazer. As crises podem ser também oportunidades para tentar caminhos diferentes. Portugal encontra-se nessa situação, à semelhança de muitos outros países na Europa e no mundo, na sequência da emergência global causada pela pandemia de Covid-19. Subitamente, o nosso modelo de crescimento económico, que nos últimos anos asentava no tripé exportações, turismo (estatisticamente incluído nas primeiras) e imobiliário, foi posto em causa por uma crise que muito poucos poderiam antecipar. Ninguém podia adivinhar que 2020 seria assim, apesar de nos últimos anos se terem sucedido os alertas dos cientistas e por muitos programas que o *National Geographic* tenha emitido sobre a ameaça iminente de uma pandemia global.

À semelhança do que fez inúmeras vezes ao longo da sua História, Portugal tem agora de reinventar a sua estratégia para a frente económica. E embora ainda seja cedo para antecipar a evolução da economia e sejam mais as interrogações do que as certezas (por exemplo, haverá segunda vaga? As viagens aéreas vão recuperar?), podemos já chegar a algumas conclusões. Uma delas é que, sem negar o papel central que o turismo deve desempenhar, Portugal precisa de uma estratégia de reindustrialização, concertada com a que a própria União Europeia terá de levar a cabo, no quadro de uma nova ordem global que está a emergir. ●

ECONOMIA NACIONAL

# Recuperação será lenta e a várias velocidades

Economistas ouvidos pelo JE apontam para uma recuperação da economia lenta. Indústria exportadora deverá recuperar ligeiramente mais rápido do que o turismo.

ÂNIA ATAÍDE

aataide@jornaleconomico.pt

Uma recuperação lenta, com várias velocidades consoante os setores e totalmente refém da evolução próxima da pandemia. É este o vaticínio dos economistas consultados pelo Jornal Económico (JE) sobre o ritmo e as características da retoma da economia em Portugal, sendo que deixam também o alerta para o impacto inevitável que a performance mundial terá.

“A recuperação vai ser lenta. A incerteza não melhorou e aquilo que está a acontecer em vários países é o regresso ao *lockdown* em zonas localizadas”, diz Susana Peralta, economista e professora da Nova SBE.

A opinião é partilhada por Paulo Rosa, economista sénior do Banco Carregosa, que explica que atualmente os mercados acionistas a nível mundial descontam uma recuperação económica em “V”, ou seja, uma recessão económica bastante cavada mas rápida, embora a “economia portuguesa seja das mais vulneráveis devido ao considerável peso do setor do turismo, e uma retoma mais rápida, idêntica à norte-americana poderá estar comprometida”.

“Em virtude do distanciamento social, espera-se nos próximos tempos uma economia a 90%, com alguns setores a laborarem a cerca de 40%, nomeadamente a hotelaria, viagens de longo curso, turismo. Como estes setores têm um peso acrescido na economia nacional, a recuperação económica poderá ser mais lenta”, assinala.

Para Filipe Garcia, economista e presidente da IMF - Informação de Mercados Financeiros, o mais provável é que o ritmo da recuperação seja alinhado com aquilo que acontecer no resto do mundo, e na Europa em particular. “Há todo um conjunto de indústrias exportadoras em Portugal, cuja recupe-

ração dependerá muito de tudo aquilo que acontecer no resto da Europa. Esses setores estarão muito mais suscetíveis a uma recuperação mais rápida”, diz. No entanto, adverte que o mesmo não deverá acontecer com os outros setores. “Se olharmos para o retalho e para os serviços, o consumo interno dependerá muito da evolução da pandemia”, sustenta.

“O setor do turismo, sem contar com o turismo interno, vai estar muito pouco animado. É evidente que a recuperação vai ser lenta e é evidente que vai ser diferenciada para cada setor. Todo o setor do turismo e dos serviços que dependem muito do turismo, que são a restauração, os guias turísticos, vai ser avassalador. Vai durar vários anos, não tenho dúvidas nenhuma disso”, vinca Susana Peralta.

Paulo Rosa detalha acreditar que a recuperação será mais lenta no setor do turismo, mas nas atividades a este ligadas como a hotelaria, restauração, aviação, viagens fora da região ou de longo curso, bem como de algumas empresas exportadoras devido ao agravar das tensões comerciais e recrudescimento do protecionismo.

“O distanciamento social veio acelerar a implementação da quarta revolução tecnológica, beneficiando as empresas fornecedoras de equipamentos, softwares e aplicações de *conference calls*. As compras online são uma realidade crescente. No meio da pandemia de Covid-19, o setor tecnológico “chegou, viu e venceu”, aponta como positivo.

Os economistas ouvidos pelo JE são ainda unânimes em considerar que a recuperação da economia portuguesa ficará cativa da possibilidade de uma segunda vaga pandémica. “Vai depender se existe uma segunda vaga e em que dimensão. Esse tema é absolutamente fundamental”, afirma Filipe Garcia. “Estamos a assistir a um conjunto de indicadores económi-



PAULO ROSA  
Economista sénior  
do Banco Carregosa



SUSANA PERALTA  
Economista  
e professora da Nova



FILIPE GARCIA  
Economista e presidente  
da IMF - Informação  
de Mercados Financeiros





cos na Europa, nomeadamente confiança, PMI, que dizem que o pior pode já ter passado, mas, ao mesmo tempo, estamos a ver as bolsas a ficarem preocupadas com esta segunda vaga”, sustenta.

Para Paulo Rosa, uma segunda vaga prolongará no tempo a recessão económica em Portugal, no entanto considera que as autoridades e os sistemas de saúde portugueses, e também internacionais, já estão melhor preparados para responder a essa possibilidade.

“Será difícil termos outra vez um confinamento generalizado, a não ser que a Covid-19 se agudize de forma significativa, nomeadamente no próximo inverno. A resposta das autoridades portuguesas a uma hipotética segunda vaga, que poderá ser localizada, dependerá da atuação dos outros países, designadamente da União Europeia e em particular dos que estão mais perto. Um confinamento localizado sem colocar em causa geografias, onde não existe presença considerável da Covid-19, poderão laborar normalmente”, diz.

É neste contexto que Filipe Garcia sublinha que “da mesma forma que foi a pandemia a causar este problema, será a evolução de tudo relacionado com a pandemia que nos vai dar as pistas sobre como vai ser a recuperação”.

Para Paulo Rosa, ainda assim há que os setores da economia que estão a procurar adaptar-se. “O turismo está a reinventar-se em Portugal e a tentar responder à alteração de comportamento dos clientes, como é por exemplo a crescente procura por moradias com piscina, como forma de manter o distanciamento social e impedir a propagação do novo coronavírus”, exemplifica, acrescentando que o setor da hotelaria nacional “está a readaptar as suas instalações, com todos os cuidados para cumprir o distanciamento social”.

“As empresas tecnológicas e de informação portuguesas devem aproveitar o distanciamento social para capitalizarem as suas receitas”, afirma. ●

**“Em virtude do distanciamento social, espera-se nos próximos tempos uma economia a 90%, com alguns setores a laborarem a cerca de 40%”, diz Paulo Rosa**

## Covid 19? No longo prazo, o imobiliário tende a recuperar.”



**JOSÉ GAVINO**  
Diretor da Corum Portugal

O imobiliário é há muito a solução para os investidores que procuram rentabilizar as suas poupanças no longo prazo. O que as estatísticas do Banco Central Europeu mostram é que o imobiliário é resiliente e tende historicamente a ter um comportamento positivo no longo prazo.

Na Corum, há muito que nos preparamos para um período como o que vivemos atualmente. Investimos as poupanças dos nossos clientes em imobiliário comercial e gerimos os nossos imóveis, o que nos garante um conhecimento total do nosso segmento de mercado.

Os resultados da nossa estratégia permitiram aos nossos acionistas uma rentabilização das suas poupanças de mais de 6% ao ano. Os fundos Corum, o Corum Origin e o Corum XL, têm superado consecutivamente os objetivos, não garantidos, de rentabilidade anual. A nossa estratégia baseia-se no princípio da diversificação: de portefólio, de geografias e de arrendatários. Temos mais de 300 imóveis, em 16 países da Europa e os nossos arrendatários operam em setores tão diferentes como o das comunicações, logística, saúde ou tecnologia.

Procuramos investir em zonas com potencial de crescimento, ainda com margem para valorizar. Temos imóveis espalhados por toda a Europa para aproveitar ciclos económicos e dinâmicas variáveis de país para país. Os nossos arrendatários são empresas com capacidade financeira, que operam na economia real. Os contratos são de longo prazo e as taxas de ocupação dos nossos imóveis rondam os 100%.

Sabemos que a atual pandemia terá impacto na economia mundial, mas à medida que o desconfinamento avança caminhamos para uma nova normalidade que, acreditamos, terá muitos pontos em comum com a forma como vivemos até março deste ano.

Estamos a ajudar arrendatários que necessitam de apoio para retomar a sua atividade nas melhores condições possíveis. E estamos também ativamente a procurar oportunidades de investimento.

Este é um bom momento para fazer aquisições, até porque muitos outros não estão em condições de o fazer. A qualidade da carteira de imóveis e performance dos nossos fundos coloca-os numa situação de liquidez financeira que lhes permite crescer. Em março, comprámos uma rede de supermercados de média dimensão em Espanha.

Até 18 de junho, os pedidos de suspensão e adiamento do pagamento de renda, bem como a previsão de futuros pedidos, representavam 4,6% do total das rendas do fundo Corum Origin e 2,1% do fundo Corum XL. Se for feita uma simulação do impacto que esta situação poderá ter na performance anual dos dois fundos, mantendo-se este quadro sem alterações, o Corum Origin teria um impacto na sua rentabilidade de 0, 11%, sendo o seu objetivo anual, não garantido, de 6%. No Corum XL, este impacto seria de 0,06% para um objetivo anual não garantido de 5%. Considerando o contexto vivido, esta simulação mostra que as diferenças poderão ser ligeiras. São números que deixam confiantes os nossos mais de 50 mil acionistas. À medida que a atividade económica é retomada surgem novos indicadores. Setores de atividade como a saúde e a logística ganharam fôlego com a Covid-19. E há setores que ainda não demonstraram todo o seu potencial de crescimento, e é nestes que vamos procurar oportunidades.

Ainda não se sabe se vamos ter uma recessão em V ou em U, ou seja, se retomamos rapidamente ao crescimento económico ou se vamos ter uma recessão mais profunda como a de 2008-2010.

Se a pandemia do novo coronavírus e as suas repercussões forem meramente transitórias, é provável que a retoma leve a um novo período de euforia coletiva, provocada pelo sentimento de regresso à normalidade após termos passado pelo pior. No caso de uma recessão mais profunda vão ser criadas verdadeiras oportunidades de investimento em imobiliário tal como aconteceu na última recessão provocada pela crise financeira.

Em qualquer dos cenários, na Corum, estamos confiantes. Sabemos que o imobiliário é um investimento de longo prazo e, tal como aconteceu sempre no passado, pode superar esta crise.

Com o apoio

**CORUM**  
INVESTMENTS

PÓS-COVID 19

# A reindustrialização nas mãos da economia portuguesa

Perfil cada vez mais diversificado da economia e voltado para as exportações pode ajudar à recuperação. Num mundo pós-Covid, ganhar escala é uma oportunidade para reforçar a indústria.

LÍGIA SIMÕES

lsimoes@jornaleconomico.pt

Até ao eclodir da crise causada pela pandemia, a economia nacional estava em expansão com um perfil muito dependente do turismo e imobiliário, cuja recuperação vai depender de muitos factores como a confiança e a forma como vai evoluir a doença Covid-19. Economistas defendem que a crise é uma oportunidade para reforçar a indústria europeia, no seio da qual a indústria nacional poderá crescer.

Aproveitar os nossos recursos endógenos e atrair IDE industrial poderá ser uma oportunidade para a diversificação da economia portuguesa que poderá passar a fazer o que importamos em áreas como agroalimentar, produtos químicos, máquinas e aparelhos. As transformações digitais, a economia circular ou a economia do conhecimento são também sinalizadas para Portugal poder responder à procura diversificada dos mercados.

O presidente do Fórum para a Competitividade defende que esta crise é antes de mais uma oportunidade de reforçar a indústria europeia. “A nossa é uma delas e será nesse quadro europeu que deve e pode crescer. Não será no nosso mercado interno, nem sequer só no ibérico”, afirmou ao Jornal Económico (JE) Pedro Ferraz da Costa, para quem a crise actual “terá servido para se perceber melhor que a Europa não pode depender tanto das importações. E que terá de aceitar passar a comprar alguns produtos europeus mais caros do que se fossem asiáticos”.

Para este economista, a prioridade deve ser dada ao aumento da escala da produção, principalmente numa primeira fase.

Também para o bastonário da Ordem dos Economistas esta crise é uma oportunidade para reforçar a indústria nacional. “A presente

crise pode ser uma boa oportunidade para, com os fundos que serão postos à disposição das empresas, não só reforçar a indústria existente, mas proceder a um processo de reindustrialização, alterando as cadeias de produção, dando preferência à produção mais perto do mercado, numa rota de maior desenvolvimento, inovação e criatividade”, defendeu ao JE Rui Leão Martinho, realçando que esta estratégia deve assentar num plano bem estruturado e baseado nos três pilares acima citados. Esse plano, diz o economista, deve ter na base “uma aposta estratégica que crie uma nova competitividade assente na inovação, na talentosa produtividade, na internacionalização e nas redes globais”.

O economista Joaquim Sarmiento também espera que esta crise seja uma oportunidade para reforçar a indústria nacional: “existirá um pacote financeiro Europeu e é possível que esta crise traga algumas alterações estruturais nas cadeias de valor a nível global. Se isso suceder, temos de saber captar algumas oportunidades. Principalmente se a nova realidade for uma maior integração Europa-América do Norte, a nossa localização torna-se privilegiada”.

Recorde-se que Portugal poderá

**A crise pode ser uma boa oportunidade para, com os fundos que serão postos à disposição das empresas, não só reforçar a indústria existente, mas proceder a um processo de reindustrialização**

recorrer até 26,36 mil milhões de euros do Fundo de Recuperação proposto por Bruxelas, que terá um envelope de 750 mil milhões em subvenções e empréstimos.

A ‘fatia’ portuguesa desdobra-se em 15,53 mil milhões de euros a fundo perdido e 10,84 mil milhões de euros através de empréstimos. O montante total equivale a 12% do PIB de 2019.

## Estado não deve definir setores de aposta

Segundo o porta-voz do Conselho Estratégico Nacional do PSD para a área das Finanças Públicas, existem áreas com potencial para esta diversificação, que passa, em sua opinião, por aproveitar os nossos recursos endógenos (floresta, mar, agricultura, energias renováveis) e atrair IDE industrial.

“Temos capital humano para captar projetos industriais”, frisa. Mas alerta que “o mais importante é ter políticas públicas que melhorem o ambiente competitivo, atraiam investimento, promovam as exportações e a subida na cadeia de valor. Políticas públicas de simplificação fiscal, empresarial e legislativa”. Para Joaquim Sarmiento, o Estado não deve definir os setores em que se aposta. “Isso compete aos empresários e investidores. Ao Estado compete criar políticas do lado da oferta”, conclui.

João Duque considera também que a geração de novas ideias cabe à iniciativa privada e está confiante que “elas vão aparecer”. “O que é fundamental é o Estado aplicar-se nas infraestruturas e nos estímulos à educação e ao rendimento das pessoas, concentrando-se em fazer bem e de modo eficiente o que tem a fazer”, afirmou ao JE o economista para quem este caminho contribuirá para sair da crise melhor do que entrámos.

## Ganhar escala é a palavra de ordem

João Duque defende que Portugal

tem de “procurar setores de elevado valor acrescentado e com valor de marca. E, para isso, é fundamental o associativismo de setor e o estímulo a esse associativismo. Ganhar escala para sermos visíveis, como tão bem fizeram os industriais do calçado, por exemplo. Imitem-nos noutros setores porque só têm a ganhar”.

Ganhar escala é também a palavra de ordem de Pedro Ferraz da Costa: “o nosso principal problema é mais o da falta de escala nos setores onde já temos sucesso, do que a falta de diversificação”.

Sobre as áreas com potencial de diversificação da economia num mundo pós-Covid, este economista considera que “são aquelas que, entre outros fatores, têm profissionais bem preparados”, realçando que é preciso “mais cooperação autêntica entre as universidades e as empresas. E o papel do ensino profissional tem de ser valorizado”.

## Diversificação ou reindustrialização?

Para Rui Leão Martinho, o pós-Covid pode proporcionar aos países, nomeadamente aos da União Europeia, oportunidades para o crescimento, para um desenvolvimento mais sustentável e para a diversificação das suas indústrias. “Portugal, em particular, deve saber aproveitar a retoma para entrar definitivamente na transformação digital, com as novas tecnologias de que hoje dispõe, bem como no desenvolvimento da economia circular e da economia do conhecimento”, defende.

O economista realça que os auxílios da UE de que iremos dispor devem “ser aplicados com rigor, transparência e de maneira a proporcionar novas vias para o desenvolvimento sustentado da economia”.

João Duque alerta, por sua vez, que não se diversifica de um dia para o outro. “Investimos muito no turismo porque pensámos que



esse seria o nosso petróleo. Poderá ser, mas já vimos que qualquer vírus nos deita abaixo”. Entre marés muito altas seguidas de profundas crises, o economista sugere que se comece por ir à lista de importações para, diz, começarmos a fazer o que importamos.

## Os setores de aposta

“Se conseguimos passar a fazer ventiladores, porque não outras coisas? E os principais setores em que o saldo da balança comercial é negativa são: agroalimentar, produtos energéticos, produtos químicos, máquinas e aparelhos e minérios e metais”, afirmou. João Duque lança a questão: “não teremos capacidade para fazer cá e reindustrializar o país?”, acrescentando que o problema é quem quer ficar com as fábricas e as minas, pois, sustenta, “querer o rendi-



Lusa



**RUI LEÃO MARTINHO**  
Bastonário da Ordem  
dos Economistas

“As transformações digitais, a economia circular ou a economia do conhecimento poderão ser caminhos a trilhar”



**PEDRO FERRAZ DA COSTA**  
Presidente do Fórum  
para a Competitividade

“Esta crise é antes de tudo uma oportunidade de reforçar a indústria europeia. Será nesse quadro europeu que a nossa indústria deve e pode crescer”



**JOAQUIM SARMENTO**  
Economista

“Aproveitar os nossos recursos endógenos (floresta, mar, agricultura, energias renováveis) e atrair IDE industrial. Temos capital humano para captar projetos industriais”



**JOÃO DUQUE**  
Economista

“Para começar, acho que podemos ir à lista de importações e começar a fazer o que importamos. Se conseguimos passar a fazer ventiladores, porque não outras coisas?”

mento é uma coisa e com o trabalho e as instalações é outra...”

O economista e professor catedrático do ISEG não tem dúvidas que esta crise é uma oportunidade para reforçar a indústria nacional, sinalizando a produção de máquinas e aparelhos ou a indústria agroalimentar, dado que são setores em que a balança comercial nos é desfavorável. “Porque não começar por aí? E se temos as infraestruturas montadas, porque não usá-las mais produtivamente?”, questiona.

Já Rui Leão Martinho recorda que as empresas portuguesas já desde há alguns anos demonstraram saber aproveitar os seus recursos, recrutar e reter os talentos de que necessitavam e internacionalizar-se. “Este processo, que levou também a um aumento das nossas exportações, poderá agora ser incrementado com os fundos

europeus de que disporemos se forem aplicados devidamente, com rigor e com exigência”, afirma, realçando que “as transformações digitais, a economia circular ou a economia do conhecimento poderão ser caminhos a trilhar pelos nossos empreendedores e poderão responder à procura diversificada dos mercados”.

**65% das empresas diversificaram produtos e serviços**

Certo é que cerca de dois terços das empresas (65%) que diversificaram produtos e serviços, em resposta à pandemia de Covid-19, vão manter as alterações feitas no futuro. A conclusão é do inquérito promovido pela CIP – Confederação Empresarial de Portugal e pelo Marketing FutureCast Lab do ISCTE, divulgado a 15 de junho. O inquérito indica que 19% das empresas diver-

**Cerca de dois terços das empresas (65%) que diversificaram produtos e serviços, em resposta à pandemia de Covid-19, vão manter as alterações feitas no futuro**

sificaram a sua oferta, especialmente no setor da indústria, e fizeram-no, em 87% dos casos, sem recurso ao financiamento público.

Uma modificação que ocorreu mesmo quando 62% das empresas inquiridas referiram não ter experiência prévia com este tipo de organização do trabalho. “Quando nos encontramos na última fase de reabertura das atividades económicas, 63% das empresas inquiridas estão a utilizar os canais digitais para vendas e três em cada quatro referem que vão manter esta decisão”, indica a CIP.

“A situação de exceção obrigou as empresas a encontrarem soluções para a sua atividade e estes três meses mostram a capacidade de iniciativa dos empresários”, afirmou o vice-presidente da CIP, Óscar Gaspar, na apresentação dos resultados do inquérito. ●

ANÁLISE

# Pandemia obriga imobiliário e turismo a reiventarem-se

“Efeitos avassaladores” para o turismo impedem previsões de futuro. Já o imobiliário só poderá ganhar dinheiro “se a questão da saúde correr bem”. Economistas assumem que a recuperação de ambos os setores vai ser lenta e só deverá acontecer em 2021.

**RODOLFO ALEXANDRE REIS\***  
rreis@jornaleconomico.pt

A pandemia da Covid-19 abalou todos os setores da economia nacional e dois dos que mais têm vindo a sofrer com a crise são o imobiliário e o turismo. Contudo, estas poderão ser as áreas que podem ajudar no relançamento da economia, tal como aconteceu na crise anterior.

Em declarações ao Jornal Económico, o presidente da Associação dos Profissionais e Empresas de Mediação Imobiliária de Portugal (APEMIP) acredita que “a melhor forma que o imobiliário tem de conseguir ganhar dinheiro é a questão da saúde correr bem”, dado que existem “muitos estrangeiros a fazer perguntas sobre Portugal e a querer vir para cá”.

Luís Lima assume que “ao longo dos últimos anos tem-se dito que é sempre o imobiliário e o turismo, mas desta vez a única hipótese do país é mesmo o imobiliário, mas há alguns fatores que não conseguimos medir, como por exemplo se as pessoas vão ter medo ou não de andar de avião”, referindo que “a TAP vai fazer 20% das viagens e desses 20%, e segundo sei as reservas não estão confirmadas”.

O responsável enfatiza que a questão sanitária é fundamental para atrair investimento estrangeiro, exemplificando com “o facto de as coisas estarem a correr mal no Brasil, acaba por ser positivo para nós, porque acabam por fugir para Portugal”. Isto, frisa, apesar de os investidores brasileiros “poderem ir para os Estados Unidos, mas esses também têm uma pessoa que só faz asneiras”.

Porém, Luís Lima, assume sem reservas: “no imobiliário não podemos dizer que estamos bem, porque não é verdade. Não estamos a viver o que vivíamos antes do mês de março. Há cerca de 30% das empresas que ainda não abriram e muitas estão a funcionar em teletrabalho o que não é normal”.

O líder da APEMIP salienta que o mercado residencial será aquele que tem mais potencial para relançar o setor, mas também a economia. “Tenho a certeza que vai ser. Depois os outros virão por arrasto”.

Questionado sobre a importância dos Vistos Gold para esta retoma, o presidente da APEMIP enfatiza que

“se neste momento fizermos uma grande bandeira a pedir para o Governo emendar a asneira que fez sobre o residente não habitual e a taxa de 10% para os reformados estrangeiros a viver em Portugal, acho que isso pode ser mal interpretado”.

No entanto, o responsável da associação relembra que “os deputados que aprovaram estas medidas aprovaram-nas dentro de um determinado contexto que não existe agora”, mas acredita que “muitos deles agora devem estar a ferrar língua e muito arrependidos já que cada vez que entrava um Visto Gold eram 500 mil euros para Portugal”. Para Luís Lima, “o Governo vai ter de emendar essa medida, porque senão vai chegar o dia em que nós vamos pagar a fatura”, esperando que a situação seja diferente da crise anterior. “Espero que desta vez chegue algo que não chegou nos últimos anos para o cidadão normal e para os jovens que sintam que quando chega um estrangeiro a Portugal que de alguma forma isso os beneficiou. Há muito populismo sobre isto, mas a culpa não é das pessoas, mas sim do Estado, porque o rendimento imobiliário de impostos foi uma ‘árvore das patacas’ ao longo destes anos”, refere.

Luís Lima acredita que o setor pode sair mais reforçado desta crise, até porque “na altura da outra crise sempre disse que crescemos demasiado rápido, mas agora tenho a certeza absoluta de que o país tem poucos setores tão importantes para ajudar a economia como o imobiliário”.

## Inovação e criatividade fundamentais na retoma do turismo

Francisco Calheiros não tem dúvidas. “A única certeza que temos é que este vai ser um mau ano turístico”. O presidente da Confederação do Turismo Português (CTP) refere que “em abril, os proveitos totais do turismo tiveram uma quebra superior a 90% face ao mesmo período do ano passado” e que apesar de “estarmos já numa fase de retoma da atividade económica, estamos muito apreensivos em relação ao futuro, acompanhando de perto, e de forma permanente, toda a cadeia de valor que integra a atividade”.

Para Francisco Calheiros “a evolução da pandemia ainda é uma incógnita, o que nos obriga a estarmos muito atentos e sem fazer



**LUÍS LIMA**  
Presidente da APEMIP



**FRANCISCO CALHEIROS**  
Presidente da Confederação do Turismo Português

previsões a médio e longo prazo”.

Já sobre a forma como este setor pode ajudar na diversificação da economia, o responsável da CTP frisa que “o turismo é, já por si, uma atividade com uma enorme diversidade e que tem contribuído decisivamente para o crescimento da economia nacional. A inovação e a criatividade têm sido características desta atividade e serão, com certeza, fundamentais nesta fase de retoma”. Questionado sobre como pode esta área sair reforçada desta crise, Francisco Calheiros recorda que “há muitos anos que o turismo tem um papel preponderante na economia nacional”, porém, “não vemos a pandemia como uma oportunidade porque os efeitos negativos são avassaladores”. “Vemo-nos obrigados a redefinir estratégias de promoção, mas estou convicto, poderemos ser bem-sucedidos”, afirma.

## O que dizem os economistas?

Os especialistas ouvidos pelo JE são unânimes em defender que estão e

serão dois setores mais afetados pela crise. Pedro Ferraz da Costa, economista e presidente do Fórum para a Competitividade, afirma que “a recuperação vai ser lenta e devíamos esforçarmo-nos, desde já, na atração de profissionais diferenciados em teletrabalho e de reformados de elevado rendimento. Não esperar, atuar”.

Por sua vez, João Duque, frisa que “o turismo está profundamente afetado este ano e não me parece que venha a recuperar muito do que tem sido a procura de turistas do exterior”. Contudo, o economista realça que o facto dos portugueses deixarem “de ir para fora este ano e, na medida em que muito destes portugueses são pessoas com poder de compra podem, em alternativa, usar essa “não despesa” para despesa em serviços turísticos em Portugal. E dá como exemplo “as exportações de viagens e turismo que em 2019 representaram 18.431 milhões de euros, mas as importações dessa rubrica foram de 5.300 milhões”. No que diz respeito ao imobiliário, João Duque que não vai ser mitigado pela procura interna “a menos que o seu preço baixe consideravelmente, o que é um cenário que não descarto”. O economista deixa também um aviso: “Novos compradores de idade e com dinheiro nos próximos tempos? Esqueça”. E prevê “um impacto maior no imobiliário (finais deste ano e o próximo) pior do que no turismo”.

Já Rui Leão Martinho, Bastonário dos Economistas, salienta que “neste princípio da retoma, o setor do turismo começa a dar alguns sinais positivos, mas somente no próximo ano poderemos sentir verdadeiramente uma recuperação”. No imobiliário, o Bastonário explica que um setor que “tanto emprego proporciona a um grande número de trabalhadores, apesar desta paragem forçada, os preços de compra e venda não tiveram ainda alterações relevantes”, acreditando que é preferível aguardar “um pouco mais para tirarmos conclusões quanto à procura, quer de residentes, quer de estrangeiros”.

Por seu turno, Joaquim Miranda Sarmento, professor auxiliar de finanças do ISEG de Lisboa concorda que estes “são dois setores que serão fortemente atingidos por esta crise, dado o período longo que levará até retomar a confiança”. •\*Com LS



ENTREVISTA LUÍS BRAGA DA CRUZ Ex-ministro da Economia

# “As medidas socio-económicas têm que ser adaptadas a cada região”

Antigo ministro da Economia alerta que o país “não é homogêneo” e que as medidas sanitárias e socio-económicas devem atender às especificidades do território.

ÂNIA ATAÍDE

aataide@jornaleconomico.pt

Luís Braga da Cruz, ex-ministro da Economia e antigo presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, defende que o plano de recuperação da economia deve atender às realidades diferenciadas de cada região, salientando que o país “não é homogêneo”.

Em entrevista ao *Jornal Económico*, o engenheiro que ocupou o Ministério da Economia no governo de António Guterres alerta ainda para as consequências da exposição económica de Portugal a mercados como o espanhol, o francês e o alemão, no atual contexto de pandemia mundial.

“Qualquer plano de recuperação económica que venha por aí tem que contar com esta situação diferencial de território. E as soluções

têm que ser construídas não de cima para baixo, mas de baixo para cima. Esse é um grande desafio que temos todos pela frente”, afirma.

Para o ex-governante as políticas adotadas pelo Governo têm que ser de natureza sanitária, mas têm que ser simultaneamente de natureza socio-económica. Porém, alerta que estas “têm que ser adaptadas às circunstâncias de cada setor, de cada território, de cada região”.

Luís Braga da Cruz, que coordenou o webinar “Lições da Análise Territorial da Pandemia”, promovido pelo Conselho Económico e Social, sustenta-se nas conclusões dos vários intervenientes para explicar que as especificidades territoriais têm impacto quer na evolução da pandemia no território nacional, com níveis de incidência e mortalidade distintos, quer na retoma que se espera da economia.

“Portugal não é um país pequeno. Há dois terços dos países da

União Europeia que têm ou menos área ou menos população que Portugal. Portugal apesar de ter um PIB per capita um valor abaixo da média da União Europeia, está em 19º lugar no ranking dos 27, está longe de ser um país homogêneo”, diz, acrescentando que “não ser homogêneo significa que tem diferenças físicas e humanas que reclamam uma atuação económica e social também diferenciada”.

“Quando ficamos surpreendidos como é que a Covid incide de forma tão diferenciada no território nacional é preciso compreender o resto. Compreender que o clima é diferente, a hidrologia, a estrutura fundiária, a distribuição demográfica, a especialização produtiva”, ressalva. “As singularidades justificam que haja tratamento diferenciado de cada território e para encontrar soluções perfeitas, que tenham expressão na economia e na coesão nacional, é muito impor-

tante que essa diferenciação seja tomada em linha de conta”.

Para este retrato, exemplifica com o contributo das NUT II para o crescimento da economia nacional. Entre 2000 a 2008, a Área Metropolitana de Lisboa contribuiu com 41% para o crescimento médio nacional, o Norte contribuiu com 24% e o Centro com 14,5% e o resto do país com o restante. No entanto, houve uma inversão nesta participação no crescimento entre 2013 e 2018 e o Norte já contribuiu com 38%, a Área Metropolitana de Lisboa desce para 27% e o contributo do Centro aumentou para 20%.

Braga da Cruz sustenta que esta evolução resulta do facto de as economias do Norte e Centro do país serem baseadas na produção de bens e serviços transacionáveis e orientadas para a exportação.

“A isto não é indiferente uma grande mudança que foi operada tanto no Norte como no Centro.

No período de programação do atual Quadro 2020, a União Europeia obrigou cada região a fundamentar a justificação de transferência de recursos financeiros da União Europeia para esses períodos com as chamadas estratégias regionais de especialização. Passou a valorizar muito a produção de conhecimento nos centros tecnológicos e nas universidades, a inovação, o valor económico desse conhecimento e o esforço para a internacionalização”, vinca. “A Covid veio apanhar-nos a meio deste ciclo virtuoso, especialmente destas regiões mais vocacionadas para a indústria transformadora”, acrescenta.

É com este enquadramento que sustenta que “as regiões mais abertas são, portanto, mais suscetíveis as oscilações exteriores. Qualquer variação da procura externa pode pôr em causa este crescimento. As soluções não são apenas de natureza sanitária, têm que ser soluções orientadas para a economia”.

Reconhecendo que a retoma económica “terá velocidades diferentes” em cada região, o ex-ministro realça que estará também dependente da “capacidade de adaptação dessas indústrias”. E deixa o recado: “Cada setor por si tem que dizer o que é que é importante para a sua retoma. Não há milagres de carácter homogêneo e universal”.

Considerando que as medidas económicas implementadas para fazer face à crise provocada pela pandemia foram “positivas”, sublinha que “são medidas temporárias podem-se estender um pouco mais, dependerá da ajuda europeia que venha por aí que pode mitigar o impacto negativo orçamental dessas medidas”.

“São medidas de proteção social, de criação de emprego e de pôr algumas das estruturas empresariais portuguesas a flutuar neste período de maior incerteza, mas depois têm que se fazer à vida sozinhas e tudo prevê que só possamos retomar níveis de PIB de 2019 lá para 2021, portanto vamos ter aqui um ano de algum ajustamento”, frisa. “Esse ajustamento pode ser crítico para as empresas que estiverem em maior debilidade. Há claramente empresas e setores de atividade que não vão retomar tão cedo a normalidade. Há situações que são delicadas”, acrescenta.

Recorda, neste sentido, que “estamos muito dependentes de determinados mercados. O mercado de Espanha representa 25% das nossas exportações, a nossa relação bilateral em termos de turismo também representa muito. Mas o excesso de dependência de certos mercados, no nosso caso Espanha, França, Alemanha, enquanto não normalizarem a procura, estamos também com problemas de ajustamento”.



Pietro Naji-Oleari / EP

A UNIÃO EUROPEIA NA ENCRUZILHADA

# Fundo de recuperação: o grande salto em frente

Se a União Europeia não conseguir assegurar o fundo de recuperação, deixa pura e simplesmente de fazer sentido. Mas, se conseguir, é possível que nunca mais venha a ser a mesma; vêm aí os Estados Unidos da Europa?

ANTÓNIO FREITAS DE SOUSA  
afsousa@jornaleconomico.pt

A União Europeia, na sua apesar de tudo pequena história, está pela primeira vez confrontada com a possibilidade da sua própria dissolução. A pandemia de Covid-19 e a profundidade da crise que está ao virar da próxima esquina – em relação à qual já ninguém corre o risco de afirmar que será em V, mas em prolongado U – transformou o volume dos apoios comunitários num tema apenas acessório.

Antes de chegar aos números, os 27 – que aparentemente terão cumprido com alguma qualidade a crise do Brexit – tiveram que decidir se haveria ajuda, e as coisas, logo aí, não correram bem. A diferença de opiniões entre os países adeptos do mutualismo alargado (até ao ponto das dívidas) e os que a ele se recusam ceder por taticismo orçamental não só apanhou os europeus desprevenidos – talvez os mais distraídos – como fez regressar ao cerne da agenda a pergunta ‘mas afinal isto (a União Europeia) serve para quê?’.

Parece evidente que, se ‘isto’ não

serve para uma resposta conjunta a uma crise, seja ela qual for, os sucessivos tratados da União Europeia pouco acima vão dos meros tratados comerciais e acordos aduaneiros – formas mais simples, eficazes e com estruturas bem mais baratas – que quaisquer dois mercados naturalmente tendem a concluir quando têm alguma coisa em comum.

O primeiro-ministro António Costa foi muito claro quanto a essa matéria: no mesmo dia em que mais uma vez demonstrou ter pouca paciência para os estados de alma dos holandeses, afirmou que o combate à pandemia será uma prova de vida da União. Se ela falhar essa prova de vida, tudo o mais falhará.

Mesmo que não seja de imediato: um combate deficiente à Covid-19 irá desfazer todo o já minguado capital de esperança na União Europeia como instrumentos de federalização do espaço europeu – essa espécie de península do gigantesco território da Ásia, era capaz de convir não esquecer isso – e, por essa via, feri-la-á de morte.

## De volta aos velhos tempos

O facto de o maior empenho no processo de recuperação vir do eixo

Paris-Berlim – que o presidente francês, Emmanuel Macron ‘ressuscitou’ quando foi eleito para logo de seguida dele se esquecer – fez de algum modo regressar a União aos seus primórdios. E isso não parece ser necessariamente mau. Com a entrada do Reino Unido a dar-se apenas em 1973, mais de 15 anos depois da sua criação, os dois motores do agregado – a maior potência económica e o único membro do clube nuclear – estavam como que obrigados a convergir para que as coisas corresse bem.

De algum modo, a entrada do Reino Unido – que Charles de Gaulle impediu até ao limite do aceitável, ou até mesmo para lá dele – acres-

centou um novo motor (por acaso também do clube nuclear) que verdadeiramente nunca conseguiu funcionar em linha. Quando muito, funcionou em regime de alternador: entrava em combustão quando o eixo Paris-Berlim perdia fulgor.

O regresso dessa força parece dar-se como que para impor algum ‘respeito’ (ou até mesmo vergonha) aos chamados países frugais, que parecem ter uma visão ‘protestante’ (como diria Max Weber, apesar de a Áustria ser romana) da sua presença na União.

**Um velho conhecido**  
A importância desta decisão de avançar com uma barragem comum contra as metástases da Covid-19 é de tal ordem, que conseguiu a adesão do mais improvável dos seus adeptos (para além da totalidade do governo holandês): Wolfgang Schäuble, ex-ministro das Finanças germânico, agora convertido à condição de presidente do parlamento alemão.

“A proposta de Merkel e Macron foi uma boa notícia para a Europa”, disse em entrevista ao “Welt am Sonntag”. “Esta iniciativa é um passo ousado na direção certa para superar esta crise. A proposta franco-

-alemã seria um grande passo em direção a uma união fiscal e uma união monetária realmente funcional, mesmo que o fundo de reconstrução seja apenas temporário”. Surpreendente? Sim.

Mas Wolfgang Schäuble observa dois problemas. Em primeiro lugar, disse que a Comissão Europeia terá que controlar com grande rigor “a forma como o dinheiro será usado”. E em segundo, Schäuble – que nesta matéria diverge do atual ministro das Finanças alemão, Olaf Scholz, do SPD (que é da CDU) – afirmou que a iniciativa franco-alemã não deve ser vista como uma espécie de estágio preliminar da criação de um Estado europeu. “Falar sobre os ‘Estados Unidos da Europa’ não é útil”.

## Estados Unidos da Europa?

Mas é também neste plano que a ajuda comunitária está a ser discutida: até que ponto uma iniciativa que pode vir a ser fundamental no estabelecimento das bases do futuro desenvolvimento da União pode ser – ou será mesmo – o passo que faltava para a criação (ou aproximação) aos Estados Unidos da Europa.

Há-de ser por essa razão que a ala mais nacionalista (e, recorde-se, profusamente composta por anti-europeístas) que deu entrada com estrondo no Parlamento Europeu aquando das eleições de maio passado, tende a fazer a ponte com os países frugais na recusa, por princípio, do fundo de recuperação. Matteo Salvini, ex-ministro italiano e líder da Liga, mais os seus amigos dos Irmãos da Itália e dos das Forza Itália (que em conjunto compõem a poderosa extrema-direita transalpina), apressaram-se a organizar manifestações contra o plano, apesar de ser precisamente a Itália o país que irá usufruir da fatia mais significativa dos 750 mil milhões de euros: 172.754 milhões.

A questão é por isso também profundamente política e os comentadores sabem que uma ajuda comum tem muitos alçapões que podem esconder características que à primeira vista não existem e podem, a prazo, alterar profundamente os pressupostos iniciais de um plano que parecia ter tudo para ser bom.

O que de qualquer modo não é bom – e nisso as críticas tendem a ser convergentes – é o tempo, o muito tempo, que tudo isto está a demorar. Arranjar 7.500 milhões de euros não é coisa que se afigure fácil, mas a verdade é que o plano comum já falhou o seu auxílio ao confinamento tornado obrigatório pela primeira vaga da pandemia, falhou o auxílio ao desconfinamento e arrisca falhar a segunda vaga (se houver uma dentro de pouco tempo).

De qualquer modo, e se, como tudo indica, for possível um encontro de vontades para que o fundo de recuperação venha mesmo a ser criado, passará a haver no seio da União Europeia um antes e um depois do fundo. ●



SUSTENTABILIDADE

# Covid-19: faca de dois gumes para a economia verde

Especialistas alertam que empresas podem adiar investimentos mais sustentáveis. Mas há oportunidades para a transição na retoma, admitem.

ÂNIA ATAÍDE

aataide@jornaleconomico.pt

O *lockdown* imposto em muitos países para mitigar os efeitos da pandemia teve um efeito imediato a nível mundial: a redução da poluição atmosférica. Com fábricas encerradas, aviões em terra e famílias em teletrabalho, evitando a mobilidade, os efeitos positivos

no ambiente fizeram-se sentir, enquanto os analistas começam a antecipar que a pandemia irá provocar também alterações no consumo. O mundo vê aqui uma janela de oportunidade para a transição para uma economia mais sustentável?

A resposta positiva dependerá não só das medidas adotadas pelos líderes políticos, mas também da resposta das empresas.

A Comissão Europeia, na apresentação do plano para a recuperação económica, coloca esta questão como foco. Recentemente, o Parlamento Europeu (PE), por exemplo, aprovou um regulamento para a primeira “lista ecológica” do mundo, tendo por base um sistema de classificação das atividades económicas sustentáveis, sustentado por seis objetivos ambientais: atenuação das alterações climáticas;

adaptação às alterações climáticas; utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos; transição para uma economia circular; prevenção e controlo da poluição; e proteção e recuperação da biodiversidade e dos ecossistemas. Para a classificação terão de “contribuir substancialmente para, pelo menos, um destes objetivos ambientais e não prejudicar significativamente nenhum deles”, explica o PE.

As políticas aprovadas a nível comunitário parecem querer trilhar o caminho, mas, para já, António Lorena, managing partner da consultora especializada em ambiente 3drivers, alerta que é preciso foco na transição para uma economia mais verde. “Apesar do que se tem discutido, acredito que os efeitos diretos desta pandemia no ambiente serão negativos”, disse em declarações ao Jornal Económico (JE).

“Infelizmente, vemos várias empresas a adiar investimentos ou a reduzir custos operacionais necessários para melhorar o seu desempenho ambiental. Os próprios consumidores terão menos capacidade para adquirir produtos com melhor desempenho ambiental”, explica. O consultor, que trabalha há dez anos nas áreas da economia circular, sustenta que a transição deve ser o resultado de uma “alteração estrutural, e não o resultado de uma contração da procura final, como estamos a assistir agora”, argumentando que não devemos esperar que a transição “aconteça espontaneamente”.

“A verdadeira oportunidade estará naquilo que a Europa e Portugal farão nos próximos tempos para relançar a economia. É fundamental investir na eficiência material, que contribui simultaneamente para a competitividade e para a sustentabilidade da economia, e apoiar o posicionamento dos sectores tradicionais da economia portuguesa, como a metalomecânica e a construção, para o fornecimento de soluções para a economia verde”, realça, considerando que Portugal deve garantir não só a captação desses investimentos, como que estes tenham um efeito multiplicador na economia.

Filipe Morais Vasconcelos, managing partner da S317 Consulting, explica ao JE que, por exemplo, “o mercado energético sofreu uma forte quebra com o abrandamento da economia e a quebra da procura com uma redução significativa das emissões. Já existem sinais que a recuperação económica vai aumentar o consumo para o nível pré-Covid”.

A transição para uma economia mais verde impõe “critérios de sustentabilidade aos projetos apoiados, tendo uma sociedade civil que pressione a que os governos criem

condições para uma geração de energia mais verde, galgando etapas nas alterações para uma agenda verde a nível europeu”, diz. “O desafio da Covid-19 criou o ambiente propício para colocar novamente os desafios transversais para o centro do palco. O maior de todos são as alterações climáticas e a necessidade da transição energética”, defende.

António Lorena realça que Portugal precisa de políticas e programas “mais práticos e focados, que visem diretamente a economia” e dá um exemplo: o peso das matérias-primas na estrutura de custos da indústria nacional é mais alto em Portugal do que na generalidade dos Estados-membros. “Contudo, ao contrário de muitos outros países, Portugal não tem um programa específico para a promoção da eficiência material na indústria, semelhante aos programas de eficiência energética”, assinala.

“Precisamos também de promover um consumo mais sustentável, particularmente por parte do Estado. É conhecida a dificuldade de Portugal implementar os princípios das compras públicas ecológicas, apesar da existência de estratégias e outros elementos orientadores, o que naturalmente limita a motivação da indústria em adotar produtos e serviços mais sustentáveis enquanto fornecedores”, sublinha. Morais Vasconcelos considera, ainda, que “o principal desafio está em as empresas olharem para a sustentabilidade como uma oportunidade, e sentirem que esta se traduz em valor monetário”.

“Reduzir o consumo de energia ou água, reutilizar materiais e mitigar emissões, ou para os mais cínicos somente potenciar uma vantagem de marketing pela produção verde, é uma matéria que hoje não deve ser lateral para um gestor em Portugal. As grandes empresas portuguesas, habituadas a competir em todos os mercados com os melhores do mundo, sabem que existe uma enorme vantagem em custos diretos e vantagem competitiva nesta abordagem. Importa agora que estes critérios se estendam a todo o tecido empresarial e a todo o seu ecossistema de fornecedores e clientes”, realça. ●

**Parlamento Europeu aprovou a primeira “lista ecológica” do mundo**

## FÓRUM

# INCERTEZA SOBRE ÍNICIO DA RETOMA

A natureza diferenciada da atual crise face à de 2008 levou à adoção de políticas para mitigar as consequências também elas diferenciadas. A incerteza sobre a data da retoma é elevada, mas responsáveis políticos, empresariais e sociais ouvidos pelo Jornal Económico estão certos de que não ocorrerá antes de 2021.

## PARA QUANDO PREVÊ QUE SE INICIE A RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA?



**PEDRO FERRAZ DA COSTA**  
Presidente do Forum  
para a Competitividade

Somos rápidos a recuperar no que já fazíamos, mas muito lentos a criar condições para atividades novas. Temos também muitas dificuldades com a mudança e um sistema político e legal apostados em a travar. A recuperação não será voltar a tudo o que já se fazia. Precisamos é de renovar.



**RUI LEÃO MARTINHO**  
Bastónario da Ordem  
dos Economistas

A recuperação tem de começar já. E quanto mais depressa realizarmos as reformas tão necessárias e sempre adiadas, estabelecermos um plano de ação bem estruturado para a reindustrialização, levando em conta o desenvolvimento digital, o desenvolvimento do conhecimento, a inovação e a sustentabilidade, mais depressa iniciaremos o caminho da retoma. Retoma que irá ser longa, mas se bem conduzida poderá colocar Portugal numa senda de progresso e crescimento sustentado.



**CARLOS ZORRINHO**  
Eurodeputado  
do PS

A recuperação da economia portuguesa, enquanto economia profundamente aberta ao exterior, está dependente da sua resiliência perante a crise, da duração da incerteza sanitária e da dinâmica de recuperação das economias com que está interligada. Nestes três fatores determinantes, existem níveis diversos de capacidade de intervenção e controlo por parte dos agentes políticos, dos agentes económicos e sociais e da sociedade civil em geral.

A resiliência da economia portuguesa, embora diferenciada em função dos sectores, tem sido relativamente forte, apoiada pelas medidas de emergência aprovadas pelo Governo para o apoio à tesouraria, ao emprego e à preservação das cadeias produtivas e revigorada com a perspectiva de aplicação de um plano de recuperação potente financiado pela União Europeia.

O nível de incerteza sanitária pode ser mitigado no terreno através do prosseguimento de políticas assertivas de prevenção e resposta, aprendendo com o que possa ter corrido menos bem. Na perspectiva de calendário, a dependência das evoluções do vírus e dos tratamentos e vacinas para lhe fazer face é muito grande e transcende em larga medida a capacidade de intervenção nacional.

Neste contexto, e pressupondo um movimento conjugado das economias europeias, penso que é provável que a economia portuguesa comece a recuperar ligeiramente no outono deste ano e continue o processo de recuperação ao longo de 2021, atingindo os patamares pré-crise no final desse ano ou início de 2022.



**JOSÉ GAVINO**  
Diretor da Corum  
Portugal

A pandemia de Covid-19 afetou de forma muito díspar os diferentes sectores de atividade económica. Por exemplo, enquanto o turismo praticamente parou, a saúde registou um aumento da atividade.

As crises são sempre diferentes e com impactos variáveis, por isso, a recuperação não será igual, nem tão rápida, em todos os sectores. A economia não vai retomar de imediato como um todo.

Acredito que já este ano alguns sectores vão começar a recuperação. No entanto, para outros, cuja atividade está mais condicionada pela pandemia, os efeitos negativos vão perdurar, com falências, fusões e aquisições, e só em 2022 voltarão a crescer.

Esta crise, como todas, vai afetar em primeiro lugar as empresas com menos capacidade económica e menor folga financeira e será especialmente dura com as menos sãs. O fim das moratórias dos empréstimos bancários, no final do primeiro trimestre do próximo ano, será um momento particularmente importante para alguns agentes económicos.

O facto de não ser uma crise financeira, como aconteceu em 2008, permitirá, esperamos, uma maior disponibilidade da banca. Aos nossos clientes damos a confiança de termos investido na diversificação, em muitos sectores e em vários países, e, em particular, em arrendatários capazes financeiramente.

A contínua captação de novos clientes em 2020 permite que os nossos fundos tenham agora a liquidez para procurar e aproveitar oportunidades que certamente vão surgir.



**JOÃO DUQUE**  
Professor Catedrático  
do ISEG-UL

A recuperação já se iniciou. De semana para semana a atividade aumenta e o rendimento gerado não artificialmente também. Outra coisa é recuperarmos para os níveis de pré-Covid. Eu estava muito otimista e esperava que o regresso se fizesse para o início de 2021. Porém, agora estou mais pessimista pois as soluções que dão confiança não estão a surgir para todos nem geram o mesmo tipo de rendimento. Além disso tarda a resposta médica de uma cura ou de uma vacina. Sem elas não será fácil a recuperação. No entanto as novas atividades irão dar novo alento e espero que no final de 2021 já tenhamos chegado ao ponto de partida se soubermos reagir muito bem e adaptarmos à nova realidade. Se começarmos a ficar demasiado dependente de ajudas e do estado estaremos perdidos.



**JOAQUIM MIRANDA SARMENTO**  
Professor auxiliar  
de Finanças do ISEG-UL

Olhando para as previsões em 2021 podemos começar a crescer, mas menos de metade da queda de 2020. A recuperação será lenta. Uma economia pouco competitiva, muito endividada e fortemente dependente de setores como o turismo, imobiliário e serviços tem uma recuperação muito mais difícil.



**ANTÓNIO SARAIVA**  
Presidente  
da CIP

A crise que estamos a enfrentar foi inesperada e terá uma profundidade sem precedentes, de que ainda não temos uma imagem completa. Temos de ter consciência de que a



Rafael Marchante/Reuters

recuperação da atividade económica vai ser lenta e que vai depender de duas dimensões distintas, mas igualmente fundamentais: a evolução desta emergência de saúde pública provocada pela pandemia de Covid-19 e a resiliência do tecido económico.

Enquanto se mantiver a situação de risco de saúde pública, porque não existe ainda vacina nem tratamento para combater a doença, teremos de viver com restrições, o que tem efeitos diretos na forma como se desenvolvem diversas atividades e, mais importante ainda, tem um impacto negativo na confiança dos consumidores e dos empresários, o que ditará o ritmo da recuperação. A segunda dimensão, sobre a qual podemos exercer ação, enquanto sociedade, é a de resgatar empresas e postos de trabalho à crise.

As medidas para limitar a propagação da doença obrigaram muitas empresas a um período de encerramento ou de quase paragem, com poucas condições para operarem, o que se mantém, aliás, em alguns sectores. Este tempo em que o negócio desapareceu, mas em que se mantiveram custos, seguido de uma retoma mais lenta da atividade constitui um teste muito sério à capacidade de resistência das empresas, que só pode ser vencido com apoio. A ação do Estado e a ação conjunta dos agentes económicos, em concertação, será determinante para que os indicadores negativos não se aprofundem, para que a recessão não se prolongue e para que a retoma possa ser mais consistente.



**PAULO DE MOURA MARQUES**  
Sócio fundador  
e managing partner da AAMM

A recuperação da economia portuguesa não se fará segundo os padrões que conhecemos com base na experiência da anterior crise financeira. Desta feita, o que tivemos foi um *shut down* de toda a economia, em que quase todos os sectores a sentiram ao mesmo tempo e em que a estrutura produtiva ficou em suspensão. Claro está, muitas empresas não podem ficar em suspensão por longos períodos pois a sua situação já não o permitia antes mesmo da crise, e esse facto ditará a sua insolvência, não obstante os instrumentos de apoio que foram disponibilizados, em particular o *lay-off* simplificado e que são úteis para salvaguardar outras empresas e a subsistência dos seus trabalhadores.

A reabertura de fronteiras e a nossa característica de economia (e sociedade) muito aberta – o que também significa dependente do contacto com o exterior –, implica que os setores ligados à indústria do turismo sejam dos primeiros a recuperar, caso não existam novas medidas restritivas a nível nacional ou internacional impostas à circulação de pessoas e a percepção geral da comunidade internacional seja favorável quanto à situação da pandemia em Portugal.

Outros setores da nossa economia (diríamos quase todos os outros, com exceção dos ligados ao consumo de bens de primeira necessidade) sentirão a necessidade de um período mais longo para se recuperarem, pois que não conseguem com facilidade (i.e., em 2-3 meses) repor todo o ciclo produtivo em marcha, nem os consumidores sentem a confiança para regressarem a níveis de demanda semelhantes àqueles verificados antes do período pandémico. As crises, por natureza, implicam receio do futuro imediato e levam a atitudes de precaução. Para se agravar o quadro, as empresas de famílias estarão a enfrentar um período de recuperação pós-confinamento que coincide com o período de férias de verão que, já se percebeu, não será em nome de uma pandemia que sofrerá grande mudança de hábitos, implicando o conhecido abrandamento da economia em época estival. Perante um tal cenário e uma crescente possibilidade de termos, em Portugal como fora, necessidade de serem impostas restrições à circulação em locais precisos e comunidades específicas, enquanto se aguarda pela segunda vaga da pandemia, a sensação que irá desenvolver será de que há uma única vaga de pandemia, sendo este

um momento de acalmia da mesma, o que não facilita a confiança de que este seja um arranque definitivo para uma normalidade.

Por isso e sem existirem ainda dados que nos permitam saber quando a situação pandémica estará debelada, os dados atuais já permitem perceber que a recuperação não estará definitivamente instalada antes do último terço de 2020 e o ano de efetiva recuperação será 2021, sendo certo que uma economia – como a nossa – que vive do seu relacionamento com terceiros terá sempre o sucesso da sua recuperação dependente daquelas que também consigam fazer idêntico caminho de progresso.



**TOMÁS VAZ PINTO**  
Sócio e coordenador  
do departamento de Corporate  
da Morais Leitão, Galvão Teles,  
Soares da Silva & Associados,  
Sociedade de Advogados

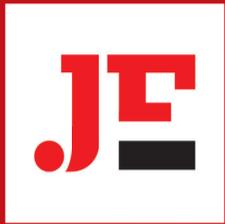
É muito difícil antecipar o que se vai passar. Por um lado, ainda estamos a avaliar a dimensão da crise e as suas consequências, por isso é prematuro apostar na data da retoma. Vai depender de muitos fatores, nomeadamente externos, dada a nossa dependência do exterior. Sabemos que Portugal depende muito do investimento estrangeiro e teremos de continuar a atrair esse capital externo. No que toca ao mercado da advocacia não notámos ainda um decréscimo da atividade, temos mantido um volume bastante satisfatório de trabalho, resta saber se esta tendência se manterá e em que moldes. Antecipo que possamos ter um aumento de investimento de fundos de *private equity* que continuam com bastante liquidez e podem ver em Portugal boas oportunidades para investir. Temos ainda esperança que o turismo retomarará em força logo após a abertura das fronteiras e o restabelecimento das ligações aéreas.



**JOÃO VARGAS**  
Secretário-geral da ANEBE

A palavra-chave para a recuperação da nossa economia será a confiança e o desenvolvimento determinante será a formação desta confiança em todos os agentes económicos, especialmente dos consumidores. Não duvidamos de que será um processo lento, porque está dependente da evolução da pandemia, seja em Portugal, como nos países com que temos ligações económicas fortes. Como infelizmente sabemos, sem vacina, poderemos enfrentar ressurgimentos da doença que terão um impacto óbvio na velocidade da recuperação da economia.

Sabemos, também, que a retoma económica não será igual para todos os setores. No caso das bebidas espirituosas, na cadeia de valor a que pertencemos enfrentamos desafios graves, diretos e indiretos. Por um lado, corremos o sério risco de muitas iniciativas de pequenos empreendedores, por todo o país e, em particular, no Interior, se perderem; por isso, o Estado tem aqui um papel importante a desempenhar, nomeadamente através da gestão que pode fazer da fiscalidade, em particular no alívio fiscal dos impostos especiais de consumo e, também, na descida do IVA da restauração para as bebidas. Depois, como o canal HoReCa está a sair completamente devastado da crise pandémica e a olhar para um horizonte muito difícil, é necessário que seja apoiado, porque é uma importante alavanca do turismo e do emprego e porque é fundamental para a comercialização da produção de outros sectores, como aquele que represento. Mais uma vez, o Estado pode e deve ter um papel a desempenhar, para salvar postos de trabalho e permitir uma base para a recuperação. Seria muito relevante, por exemplo, a descida do IVA da restauração (alimentos e bebidas) para a taxa mínima durante o período da recuperação.



# O Jornal Económico

## EDIÇÃO DIGITAL DESDE 0,99€/SEMANA\*

\*assinatura anual 51,99€



O Jornal Económico surge também em versão digital. As melhores notícias da economia nacional e internacional de forma portátil, inteligente, económica e amiga do ambiente. Para ler em qualquer lugar e através de qualquer dispositivo (computador, tablet ou smartphone).  
Aproximamos a economia de si.

Subscreva já em: [jornaleconomico.sapo.pt/assinaturas](http://jornaleconomico.sapo.pt/assinaturas)